



Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental

Revista do PPGA/FURG-RS

ISSN 1517-1256

Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental

ANÁLISE DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ESTADO DA BAHIA: APOIO Á ELABORAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA ESTADUAL

Monique Oliveira da Silva¹

Alexandre Schiavetti²

RESUMO: No Brasil, a preocupação com a qualidade ambiental se manifestou em 1981, com a Lei Federal nº 6.938, instituindo a Política Nacional do Meio Ambiente. Foi com a Lei Federal nº. 9.795/99 PNEA (Política Nacional de Educação Ambiental), que foi implementada a Educação Ambiental em todos os níveis, formal e informal e em todas as faixas etárias. Na Bahia, a Política de Educação Ambiental para o Estado foi instituída em janeiro de 2011. O objetivo deste trabalho foi identificar como estão organizados doze dos vinte e seis Territórios de Identidade do Estado da Bahia quanto ao seu status atual na Educação Ambiental. O trabalho foi realizado por meio da aplicação de oitocentos e três questionários em doze Territórios de Identidade pela CIEA – Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental. Os resultados demonstraram que apenas três territórios de identidade possuem semelhanças no desenvolvimento das ações de educação ambiental, sendo assim, espera-se que com a regulamentação da Lei de Educação Ambiental para o Estado da Bahia, esta venha facilitar a condução das ações de educação ambiental para o Estado a fim de solucionar os problemas ambientais.

Palavras chaves: Territórios de Identidade; Política Nacional de Educação Ambiental; Política Estadual de Educação Ambiental.

ABSTRACT: In Brazil, the concern for environmental quality was manifested in 1981 with the Federal Law No. 6938, establishing the National Environmental Policy. But it is the Federal Law no. 9.795/99 PNEA - Política Nacional de Educação Ambiental (National Policy for Environmental Education), that was declared the implementation of environmental education at all levels, formal and informal, and ages groups. In Bahia the Environmental Education Policy was established in January 2011. The aim of this study was identify how 12 of the 26 identity territories of Bahia are organized and its current status in Environmental Education. Data were obtained from 803 questionnaires applied by CIEA - Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (Interagency Commission on Environmental Education) in 12 identity territories. The results showed that only three territories are similarities in the development of environmental education, so it is expected that with regulations of the Bahia

¹ Graduanda Licenciatura em Geografia. Universidade Estadual de Santa Cruz, 45662-900, Ilhéus, Bahia, Brasil. Email: nickya1000@hotmail.com

² Professor Pleno do Departamento de Ciências Agrárias e Ambientais. Universidade Estadual de Santa Cruz, 45662-900, Ilhéus, Bahia, Brasil. Email: aleschi@uesc.br *Autor para correspondência.

Environmental Education Law, the conduct of environmental education for the State to solve environmental problems is facilitated.

Key words: Territories of Identity; National Policy for Environmental Education; State Policy for Environmental Education.

Introdução

O modelo de desenvolvimento econômico que predomina na sociedade contemporânea está fortemente relacionado com os problemas ambientais, gerando a perda da qualidade ambiental. É um modelo de desenvolvimento ecologicamente predador, socialmente perverso e politicamente injusto (EVASO et al., 1996). Neste modelo, ocorre o uso inadequado e indiscriminado dos recursos naturais, o que vem gerando assim uma crise na sociedade com relação à questão homem natureza. Para Jacobi (2003) a crescente degradação das condições de vida, é devido ao fato de grande parte da população brasileira viver nas cidades, o que reflete uma crise ambiental. Essa crise nada mais é do que o reflexo do modelo de desenvolvimento capitalista, da evolução tecnológica, da crise social e política, enfim, do progresso, que tem causado a degradação do meio ambiente pelo homem.

Segundo Oliveira (2008) no cenário mundial e especificamente no Brasil, a questão ambiental tem tornado - se algo preocupante para a humanidade. Ela deixou de ser um tema que interessa somente a ambientalistas ou pessoas vinculadas às questões ecológicas, para ser vista como uma problemática que perpassa toda a sociedade. Essa preocupação deve-se ao fato de que população passou a perceber que os problemas ambientais atingem a todos, sendo assim, ninguém fica isento aos efeitos provocados à natureza pela inadequada ação humana.

Desta forma a sociedade passa adquirir a partir de meados do século XX, uma maior consciência ecológica, onde começam a ser elaboradas leis ambientais e políticas públicas.

Ainda segundo Oliveira (2008) as discussões acerca da definição de políticas ambientais no Brasil não são antigas, elas ganharam força e passaram a ser disseminadas nos últimos 30 anos, em alguns momentos pressionados pelos eventos ambientais internacionais, nacionais, estaduais, regionais e locais e ainda pela organização do movimento ambiental, que vem trabalhando com a perspectiva de sensibilizar a humanidade quanto à forma inapropriada com que tratamos bens coletivos planetários e das irremediáveis conseqüências que esse processo pode provocar ao meio ambiente.

No entanto, para que ocorra uma mudança significativa em torno da questão ambiental, faz-se necessário que haja uma maior participação da população como um todo, que cada

indivíduo exerça sua cidadania, com o objetivo de amenizar ou até mesmo solucionar os problemas ambientais.

De acordo com Loureiro (2002) a Educação Ambiental é uma práxis educativa e social que tem como objetivo a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o entendimento da realidade de vida a atuação lúcida e responsável de atores sociais individuais e coletivos no ambiente. Nesse sentido, contribui para a tentativa de implementação de um padrão civilizacional e societário distinto do vigente, pautado numa nova ética da relação sociedade-natureza. Sendo assim, para a real transformação do quadro de crise estrutural e conjuntural em que vivemos a Educação Ambiental, por definição, é elemento estratégico na formação de ampla consciência crítica das relações sociais e de produção que situam a inserção humana na natureza.

Portanto, para se obter essa transformação é fundamental que a sociedade não só tenha uma consciência ecológica, mas também uma visão crítica, para que dessa forma passe a agir, objetivando uma melhor qualidade de vida para todos.

No Brasil com a edição da Lei nº 6.938/81 o país passou a ter formalmente uma Política Nacional do Meio Ambiente, que em seu Art. 2º tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, onde propõe dentre seus princípios a educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente (BRASIL, 1981).

A inserção da educação ambiental como política pública ocorreu com implementação da Lei Federal nº. 9.795/99 (Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA), que define a educação ambiental como “os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, hábitos, atitudes e competências voltados para a conservação do meio ambiente uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e a sua sustentabilidade”, onde estabelece entre seus objetivos fundamentais o incentivo a participação individual e coletiva, permanente e responsável na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania (BRASIL, 1999).

Contudo, a formulação e implementação de políticas públicas funcionam como um instrumento de grande importância, respondendo ao que é necessário para a sociedade. E como

uma forma de atender as necessidades do Estado da Bahia, o governo adotou como forma de planejamento os Territórios de Identidade, sendo considerado através do decreto 12354/10, no parágrafo 1º, como o agrupamento identitário municipal, formado de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos e reconhecidos pela sua população como o espaço historicamente construído ao qual pertence, com identidade que amplia as possibilidades de coesão social e territorial.

Desta forma, este trabalho objetiva analisar como estão organizados doze dos vinte e seis Territórios de Identidade da Bahia quanto ao seu status atual na Educação Ambiental.

Metodologia

Buscando analisar qual a relação de doze dos vinte e seis Territórios de Identidade da Bahia, quanto ao seu status atual da Educação Ambiental, foi realizada uma pesquisa quali-quantitativa e bibliográfica, com uma amostragem de 803 entrevistados, tendo como instrumento de coleta de dados um questionário, conforme Tabela 01, que foi aplicado em 2008 pela Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental da Bahia (CIEA - BA).

Tabela 01 – Estrutura do questionário socioambiental aplicado pela CIEA-BA em 2008.

Questões	Tópicos
01 a 08	Dados pessoais dos entrevistados
09 a 17 e a 21 múltipla escolha	Tópicos de educação ambiental
18 a 20 subjetivas	Opinião sobre o território

(Fonte: elaborado pelo autor)

Inicialmente, foi realizada a análise dos questionários, onde foram estabelecidas classes de acordo com a temática para as questões de múltipla escolha; calculada a média e estabelecida a frequência das respostas.

Para a classificação das respostas, foram criadas duas escalas: a primeira de 0% a 100%, divididas em três níveis: de 0% a 33%; de 33% a 66% e de 66% a 100%, para se obter o padrão de cada resposta entre os doze territórios de identidade analisados, conforme Figura 01, onde o padrão foi considerado como as respostas que tiveram sua média acima de 66%. Em outra classificação, para se obter as respostas de cada território de identidade, criou-se uma segunda escala classificando as frequências entre 10% a 30% como “alguma relevância” e acima de 30%

como “relevantes” para o território e por fim, foi realizada a análise somente das questões que obtiveram suas respostas dentro do padrão estabelecido.

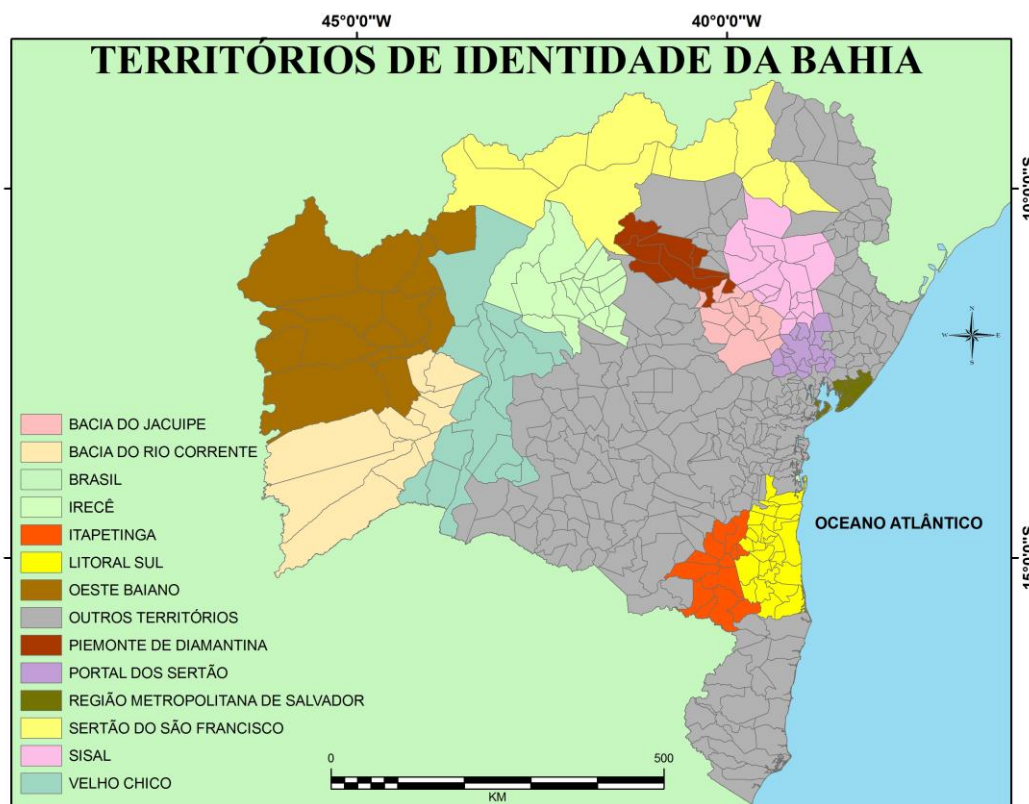


Figura 01 – Carta dos Territórios de Identidade da Bahia analisados quanto às características da educação ambiental, 2008.

(Fonte: Elaborado por Heibe S. da Silva, a partir de dados do IBGE e IBAMA)

Resultados e discussões

No que se refere às atividades de educação ambiental (pergunta nº 9) desenvolvidas no Estado da Bahia, o padrão, caracterizado como as respostas acima de 66% está voltado para as trilhas interpretativas com 81,3%.

A busca pela conservação do meio ambiente é um tema bastante discutido, desde as conferências que ocorreram a partir de 1972 com a conferência Mundial do Meio Ambiente em Estocolmo e as que a sucederam.

No Brasil, com a regulamentação da Lei 9.985/2000 foi instituído o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que tem dentre seus objetivos no artigo 4º favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico. Já no artigo 7º, são definidos os dois grupos de unidades de

conservação: a de uso sustentável, que tem por objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais, e a de proteção integral, cujo objetivo é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, onde neste último é composto dentre outras categorias de conservação, pelo Parque Nacional, que tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (BRASIL, 2000).

Freitas & Magalhães (2003) consideram que as áreas de conservação, além de proporcionarem uma visão contemplativa para os visitantes observadores, exercem múltiplas funções ambientais para determinado ecossistema. Desta forma, as Unidades de Conservação exerce um papel importantíssimo no processo de desenvolvimento de atividades de educação ambiental, como a exemplo das trilhas interpretativas, proporcionando a sensibilização e conscientização ambiental por parte dos visitantes.

Nesta perspectiva de acordo com Vasconcelos (2003), as trilhas interpretativas constituem-se num dos instrumentos educativos mais facilmente utilizados em programas de ecoturismo e que deve ser planejada de acordo com os objetivos do programa interpretativo e as características e valores intrínsecos que o local oferece.

Ainda nesse sentido, Lemes et.al., (2004) afirma que as trilhas, enquanto instrumentos pedagógicos para a educação ambiental devem explorar o raciocínio lógico, incentivar a capacidade de observação e reflexão, além de apresentar conceitos ecológicos e estimular a prática investigatória.

Para Dias (2001), a interpretação da natureza no contexto de uma trilha ecológica é atividade educativa que tem como objetivo a revelação de significados, relações ou fenômenos naturais por intermédio de experiências práticas e meios interpretativos, ao invés de simples comunicação de fatos e datas. Desta forma, as trilhas interpretativas não devem ser vistas somente como uma atividade de lazer, um mero passatempo, um simples contato com a natureza, mas sim como um elo entre a natureza e o homem, permitindo-o obter conhecimento e uma maior relação afetiva com o meio natural, tornando possível um comportamento mais consciente e atuante diante dos problemas ambientais.

Na tabela 2, estão demonstrados os resultados para a (as) resposta (as) caracterizada (s) com alguma relevância, ou seja, acima de 10% e abaixo de 30%, e a (as) resposta (as) caracterizada (s) como relevante (s), acima de 30% e abaixo de 66%.

Tabela 2. Territórios com respostas com alguma relevância ou relevantes para atividades de comunicação e educação ambiental.

Territórios de Identidade	Resposta(s) com alguma relevância	Resposta(s) relevante(s)
Itapetinga Bacia do Jacuípe Litoral sul Oeste Baiano	Voltadas para exposições, atividades nas escolas, e a educomunicação socioambiental	Não há respostas tidas como relevantes para essa questão
Sertão do São Francisco	Relacionadas com a elaboração de materiais audiovisuais, elaboração de publicações educativas e distribuição de panfletos e materiais informativos	

(Fonte: elaborada pelo autor, 2011)

De acordo com Dias (2003), da educação ambiental no geral e da educação ambiental escolar, em particular, passou-se a esperar a construção de novos paradigmas necessários para uma compreensão dos fenômenos ambientais. Essa nova modalidade de educação se define como um novo processo educacional capaz de inspirar mudanças profundas nos modelos de desenvolvimento, nos hábitos e comportamentos dos indivíduos e da sociedade, visando à busca de soluções coletivas para os problemas ambientais. Para tanto, a Educação Ambiental deveria se constituir como uma prática permanente e interdisciplinar, minimizadora dos problemas ambientais e integradora das práticas sociais.

Segundo Candiani et al.(2004, p.78), “a escola tem sido historicamente o espaço indicado para a discussão e o aprendizado de vários temas urgentes e de atualidade, como resultado da sua importância na formação de cidadãos”.

Ainda nessa perspectiva, Reigota (1998, p.69), percebe a escola

[...] como um espaço privilegiado de informação, construção e produção de conhecimentos, desenvolvimento da criatividade e possibilidades de aprendizagens diversas, onde os professores devem trabalhar na perspectiva de visões cotidianas, exercendo um papel muito importante no processo de construção de conhecimentos dos alunos, na modificação dos valores e condutas ambientais, de forma contextualizada, crítica e responsável.

Para os participantes do Encontro Nacional de Políticas e Metodologias para a Educação Ambiental (MEC/SEMAM, 1991) sugeriram, entre outras propostas, que os trabalhos relacionados à Educação Ambiental na escola devem ter, como objetivos, a sensibilização e a conscientização; buscar uma mudança comportamental; formar um cidadão mais atuante; (...) sensibilizar o professor, principal agente promotor da Educação Ambiental; (...) criar condições para que, no ensino formal, a Educação Ambiental seja um processo contínuo e permanente, através de ações interdisciplinares globalizantes e da instrumentação dos professores; procurar a integração entre escola e comunidade, objetivando a proteção ambiental em harmonia com o desenvolvimento sustentado. (DIAS, 2001).

Tendo em vista que o desenvolvimento de atividades de educação ambiental nas escolas obteve um menor percentual, ainda é notável que o papel das escolas é de fundamental importância na conscientização de uma forma mais racional quanto ao uso dos recursos naturais.

Em seu artigo 21, a Política Estadual de Educação Ambiental para o Estado da Bahia, define a Educomunicação Socioambiental como:

[...] a inter-relação da comunicação e da educação com a utilização de práticas comprometidas com a ética da sustentabilidade, através da construção participativa, da democratização dos meios e processos de comunicação e informação, da articulação entre setores e saberes, e da difusão do conhecimento, promovendo o pleno desenvolvimento da cidadania (BRASIL, 2011, p.09).

Com relação às dificuldades encontradas para trabalhar ações de Educação Ambiental (pergunta nº 15), o padrão, o que corresponde às respostas acima de 66%, dos 12 territórios de identidade, está voltado para a questão financeira/econômica, administrativa e a falta de apoio do poder público, com 66,4%.

Em seu artigo 2º da Lei 9795/99, a educação ambiental é conceituada como componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal, enquanto que no 3º artigo, da à incumbência ao poder público, as instituições educativas, os órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, as instituições públicas e privadas, os meios de comunicação de massa, as empresas, entidades de classe, e a sociedade como um todo, de promover a educação ambiental (BRASIL, 1999).

De acordo com o ICMBio- Instituto Chico Mendes para Biodiversidade, a falta de recursos financeiros é quase sempre um dos grandes obstáculos ao desenvolvimento de projetos, programas e atividades de Educação Ambiental. No entanto, existem dezenas e até centenas de

instituições financiadoras de projetos nas áreas de Educação Ambiental, meio ambiente, saúde e desenvolvimento.

Conforme Sotero (2008), embora a educação ambiental seja tema recorrente de alguns fundos públicos que financiam o meio ambiente, o seu financiamento de forma sistêmica e estruturante ainda não se deu por diversos motivos, entre eles a não existência de uma fonte de recurso específica – veto do artigo 18 da Lei 9.795/99 – e também pela pouca articulação, conexão, integração e complementaridade entre os atores que fazem EA, o que contribui para a dispersão, sobreposição e a não sinergia ente os esforços na área.

Uma vez que pouco tem sido feito pelos órgãos competentes para a promoção da educação ambiental, o financiamento desta no Brasil requer o estabelecimento de novas estratégias para todo o país, estratégias estas que viabilizem uma maior participação da sociedade, para uma possível transformação da nossa realidade no que tange aos problemas ambientais.

Todavia, na tabela 3 são apresentados os resultados dos territórios que tiveram suas respostas relacionadas com alguma relevância, ou como relevantes para essa questão.

Tabela 3. Territórios com respostas com alguma relevância ou relevantes para as dificuldades encontradas para trabalhar ações de Educação Ambiental.

Territórios de Identidade	Resposta(s) com alguma relevância	Resposta(s) relevante(s)
Irecê	Relacionada com a dificuldade de avaliação e acompanhamento dos resultados e a carga horária insuficiente para elaboração de projetos integrados de educação ambiental	Não há respostas tidas como relevantes para essa questão
Itapetinga Piemonte da Diamantina Sertão do São Francisco Velho Chico	Relacionadas com as dificuldades para mobilizar o público, a fraca participação da população e da comunidade escolar	
Litoral Sul Bacia do Rio Corrente	Voltadas para a ausência de técnicos qualificados, ausência de veículos de comunicação e/ou dificuldade de acessá-los, ao desconhecimento de métodos eficientes/eficazes para implementar ações de Educação Ambiental e Comunicação	
Bacia do Jacuípe Oeste Baiano	Voltadas para a ausência de técnicos qualificados, ausência de veículos de comunicação e/ou dificuldade de acessá-los, ao desconhecimento de métodos eficientes/eficazes para implementar ações de Educação Ambiental e Comunicação e para as dificuldades para mobilizar o público, a fraca participação da população e da comunidade escolar	

Metropolitana de Salvador	Voltadas para a ausência de técnicos qualificados, ausência de veículos de comunicação e/ou dificuldade de acessá-los, ao desconhecimento de métodos eficientes/eficazes para implementar ações de Educação Ambiental e Comunicação, para as dificuldades para mobilizar o público, a fraca participação da população e da comunidade escolar, assim como para a dificuldade de avaliação e acompanhamento dos resultados e a carga horária insuficiente para elaboração de projetos integrados de educação ambiental	
Sisal	Voltadas para a ausência de técnicos qualificados, ausência de veículos de comunicação e/ou dificuldade de acessá-los, ao desconhecimento de métodos eficientes/eficazes para implementar ações de Educação Ambiental e Comunicação e a dificuldade de avaliação e acompanhamento dos resultados e a carga horária insuficiente para elaboração de projetos integrados de educação ambiental	

(Fonte: elaborada pelo autor, 2011)

Mesmo diante das dificuldades encontradas para o desenvolvimento das ações de educação ambiental, as escolas continuam a serem utilizadas como ferramentas para a conscientização pela busca de melhores condições para o meio ambiente. Todavia, muito se tem questionado a cerca das dificuldades de envolver o tema meio ambiente nas atividades escolares, mesmo constando nos Parâmetros Curriculares Nacionais: Meio Ambiente e Saúde, que esse tema deve ser tratado em todas as disciplinas e de forma transversal. E segundo este documento:

[...] a principal função do trabalho com o tema Meio Ambiente é contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos para decidirem e atuarem na realidade sócio-ambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade, local e global. Para isso é necessário que, mais do que informações e conceitos, a escola se proponha a trabalhar com atitudes, com formação de valores, com o ensino e a aprendizagem de habilidades e procedimentos (BRASIL, 1997, p.29).

Nesse sentido, Bizerril e Faria (2001) afirmam que a capacidade das escolas em compreender as propostas dos PCN's ainda é limitada, assim como o fato de ter metodologia e motivação suficiente para executá-las.

Dentre os fatores que dificultam o trabalho com o tema meio ambiente nas escolas, é destacado por Andrade (2000), o tamanho da escola, número de alunos e de professores, predisposição destes professores em passar por um processo de treinamento, vontade da diretoria de realmente implementar um projeto ambiental que vá alterar a rotina na escola, etc, além de fatores resultantes da integração dos acima citados e ainda outros, podem servir como obstáculos à implementação da Educação Ambiental.

No entanto, a realização de projetos no desenvolvimento de práticas de educação ambiental no ambiente escolar é um instrumento importante e interessante, mesmo sendo utilizado com menor frequência nas atividades escolares devido à resistência por parte dos membros da escola, pois através deles, podem ser trabalhados temas diversos diretamente ligados a comunidade onde a escola está inserida, como o lixo, a água, entre outros, propiciando ainda aos professores, alunos, enfim, a todos os envolvidos, uma maior interação, uma mudança de mentalidade e comportamento diante dos problemas ambientais existentes e repensar as suas atitudes.

Nesse sentido, Reigota (2001) ressalta que a metodologia de projetos, entre outras coisas, promove a busca de soluções dos problemas como um processo de aprendizagem, faz uso do conhecimento coletivo e individual e emprega a interdisciplinaridade.

Com relação às condições para o sucesso das ações de Educação Ambiental (pergunta nº 21), o padrão, o que corresponde às respostas acima de 66%, está voltado para a destinação específica de recursos para comunicação e educação ambiental, para a facilidade de produção de mídia interativa (peças e produtos de comunicação), para as atividades de comunicação e/ou educação ambiental que são consideradas prioritárias na instituição, assim como para a existência de equipe específica para desenvolver ações de comunicação e/ou educação ambiental, com 73,4%.

De acordo com Reigota (1994) a educação ambiental pode ser realizada em todos os níveis da sociedade, nas escolas, nas reservas ecológicas, nas associações de bairros, nos sindicatos, nas universidades e nos meios de comunicação em massa.

Ainda nesse sentido, Sato (2002, p. 35), afirma que:

Há diferentes formas de incluir a temática ambiental nos currículos escolares, como atividades artísticas, experiências práticas, atividades fora da sala de aula, produção de materiais locais, projetos ou qualquer outra atividade que conduza os alunos a serem reconhecidos como agentes ativos no processo que norteia a política ambientalista. Cabe aos professores, por intermédio de prática interdisciplinar, proporem novas metodologias que favoreçam a implementação da Educação Ambiental, sempre considerando o ambiente imediato, relacionado a exemplos de problemas atualizados.

Diante de tantas possibilidades de se trabalhar com a educação ambiental, acaba que a realização das atividades voltadas para a questão ambiental tem resultados satisfatórios. Contudo, o apoio do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) tem viabilizado a realização de vários cursos de capacitação e atividades de conscientização/sensibilização, para um público alvo composto por comunidades locais, multiplicadores em educação ambiental, professores e alunos

do ensino formal. Esses projetos geraram uma grande variedade de material didático que inclui cartilhas, livros, vídeos e programas de rádio e televisão. A compilação e sistematização da enorme produção de material de Educação Ambiental no Brasil, em texto e imagem, tem sido também objeto de projetos apoiados pelo FNMA.

Outro meio de se transmitir os temas relacionados ao meio ambiente é através da Educomunicação, onde Soares (2004) afirma que é o conjunto das práticas voltadas para a formação e desenvolvimento de ecossistemas comunicativos em espaços educativos, mediados pelos processos e tecnologias da informação, tendo como objetivo a ampliação das formas de expressão dos membros das comunidades e a melhoria do coeficiente comunicativo das ações educativas, tendo como meta o pleno desenvolvimento da cidadania, e que ela implica na implementação de políticas de comunicação educativa, tendo como objetivo geral o planejamento, a criação e o desenvolvimento de ecossistemas educativos mediados por processos de comunicação e pelo uso das tecnologias da informação.

No entanto, na tabela 4, são apresentados os resultados dos territórios que tiveram suas respostas consideradas com alguma relevância, ou como relevantes para essa questão.

Tabela 4. Territórios com respostas com alguma relevância ou relevantes para as condições do sucesso das ações de Comunicação e/ou Educação Ambiental.

Territórios de Identidade	Resposta(s) com alguma relevância	Resposta(s) relevante(s)
Irecê Bacia do Rio Corrente Metropolitana de Salvador Velho Chico	Relacionadas á participação e controle social	Não há respostas tidas como relevantes para essa questão
Itapetinga Oeste Baiano Portal do Sertão	Relacionadas ás parcerias com outras instituições ou projetos para apoio técnico e financeiro	

(Fonte: elaborado pelo autor, 2011)

O sucesso das atividades de educação ambiental desenvolvidas também se deu através da participação da sociedade, o que significa que solução para os problemas ambientais que viemos enfrentando não depende exclusivamente da atuação da comunidade escolar, mas sim da sociedade como um todo.

Nesse sentido Faundez (1993, p.69) afirma que “sem uma participação coletiva, criadora crítica e permanente não é possível (...) descobrir as questões essenciais, nem as respostas adequadas que permitirão construir uma sociedade mais justa, mais livre mais solidária”.

Ainda nessa mesma linha de pensamento, para Gutberlet (1998, p.97),

[...] a educação ambiental participativa é um instrumento importante no processo de fortalecimento da cidadania em busca da sustentabilidade, pois propicia conhecimentos e amplia a consciência sobre a situação socioambiental local, tornando o indivíduo um ator responsável.

Portanto, o processo participativo da sociedade no desenvolvimento das práticas de educação ambiental tem como finalidade não só a resolução dos problemas ambientais, mas também a possibilidade de uma atuação e atitude mais crítica e diante das condições de desigualdades sociais que vivenciamos.

Quanto às parcerias, uma pesquisa realizada pela UNESCO (2006) revela que há pouca interação entre Universidades e ONGs com as escolas. A constituição de parcerias entre estas entidades pode ser fundamental para resolução de parte dos problemas apontados. Essas parcerias podem garantir recursos e formação para os integrantes da escola, em especial para uma formação docente que dê conta de uma abordagem que ultrapasse, sem esvaziamento científico, as abordagens disciplinares da EAE.

Conclusão

Diante dos resultados obtidos, percebeu-se que apenas três territórios de identidade possuem semelhanças quanto ao desenvolvimento das ações de educação ambiental, fato este que pode facilitar a condução das ações de educação ambiental para o Estado, uma vez que o programa de territórios de identidade da Bahia foi constituído a partir da especificidade de cada região, com base no sentimento de pertencimento, onde as comunidades, através de suas representações, foram convidadas a opinar, assim como na Política de Educação Ambiental do Estado da Bahia, possui dentre seus princípios, VIII - contextualização do meio ambiente, considerando as especificidades locais, regionais, territoriais, nacionais e globais, e a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade. Tendo em vista que ambos levaram em consideração as especificidades de cada lugar, espera-se que com a regulamentação da Lei de Educação Ambiental para a Bahia esta venha direcionar ações para a solução dos problemas ambientais do Estado.

REFERENCIAS:

ANDRADE, D. F. Implementação da Educação Ambiental em escolas: uma reflexão. In: Fundação Universidade Federal do Rio Grande. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, v. 4.out/nov/dez 2000.

BRASIL. Decreto nº 12354, de 25 de agosto de 2010. Institui o Programa Territórios de Identidade.

_____. *Lei 9.985*, de 18 de julho de 2000. Dispõe sobre o SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Brasília, 2000.

_____. *Lei nº 6.938/81*, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Brasília, 1981.

_____. *Lei nº. 9.795/99*, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, 1999.

_____. *Lei nº. 12056/11*, de 7 de janeiro de 2011. Institui a Política de Educação Ambiental do Estado da Bahia. Brasília, 2011.

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente e saúde*. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BIZERRIL, Marcelo X. A. e FARIA, Dóris S. Percepção de professores sobre a educação ambiental no ensino fundamental. In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v. 82, n. 200/201/202, p. 57-69, jan./dez. 2001.

CANDIANI, G.; LAGE, M.; VITA, S.; SOUZA, W. ; FILHO, W. Educação Ambiental: percepção e práticas sobre Meio Ambiente de estudantes do ensino fundamental e médio. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*. v. 12, janeiro a junho de 2004. p.74-89.

DIAS, G. F. **Educação Ambiental: Princípios e Práticas**. 7ª ed. São Paulo: Gaia, 2001.

_____. *Educação Ambiental: Princípios e práticas*. 8. ed. São Paulo: Gaia, 2003. 551 p.

EVASO, A. S.; BITTENCOURT JUNIOR, C.; VITIELLO, M. A.; NOGUEIRA, S. M.; RIBEIRO, W.C. *Desenvolvimento sustentável: mito ou realidade?* Terra Livre, São Paulo: AGB/São Paulo, n. 11-12, p. 91-101, 1996.

FAUNDEZ, A. : *O poder da participação*. SP: Cortez, 1993.

FREITAS, W.K.; MAGALHÃES, L.M.S. Análise das preferências paisagísticas dos visitantes do Parque Nacional da Tijuca-RJ. *Rev. Brás. de Conservação e Natureza*, v.1, p.33-38, 2003.

GUTBERLET, J. : *Desenvolvimento desigual: impasses para a sustentabilidade*. SP: Korad-Adenauer-Stiftung. Pesquisas n° 14, 1998.

Acessado em 14 de novembro de 2011.

<http://homologa.ambiente.sp.gov.br/EA/adm/admarqs/EducCidadania.pdf>.

Acessado em 22 de novembro de 2011.

http://www.institutochicomendes.org.br/consultoria_financiamento.htm

Acessado em 05 de novembro de 2011.

http://www.daep.com.br/coletivos/adm/download/dt_2_programa_educomunicacao_socioambiental_4a_versao_maio_final.pdf

JACOBI, Pedro. Educação Ambiental, cidadania e sustentabilidade. In: *Cadernos de Pesquisa*, v. 118, São Paulo, 2003.

LEMES, E. O. A. et al. Criação de 3 trilhas interpretativas como estratégia em um programa de interpretação ambiental do Parque Estadual do Itacolomi. *Relatório do Projeto: UFOP: Ouro Preto*, 2004.

LOUREIRO, C. F. B. *Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

OLIVEIRA, L.G.S. Reflexões acerca da política de Educação Ambiental no Brasil: sob o prisma do serviço social. *Revista eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*. Volume 21, 2008.

REIGOTA, M. *A floresta e a escola*. São Paulo: Cartaz, 1998.

_____. *O que é educação ambiental*. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

_____. *O que é educação ambiental?* Tatuapé: Brasiliense, 1994.

SATO, M. *Educação Ambiental*. São Carlos: Rima, 2002.

SOTERO, J. P. *O financiamento público da política nacional de educação ambiental: do veto do artigo 18 às novas estratégias de financiamento*. Brasília, 2008. 236p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília.

UNESCO. *O que fazem as escolas que dizem que fazem Educação Ambiental?* Brasília, 2006.

VASCONCELOS, Jane Maria de Oliveira. Interpretação Ambiental. In: *Manual de Ecoturismo de base comunitária: Ferramentas para um planejamento responsável*. Brasília: WWF – Brasil, 2003.